

Bournout na Educação de Rio Preto gera alerta

Estudo realizado na rede municipal de Rio Preto aponta que 70% dos professores enfrentam problemas de sobrecarga no trabalho. Pag. 7

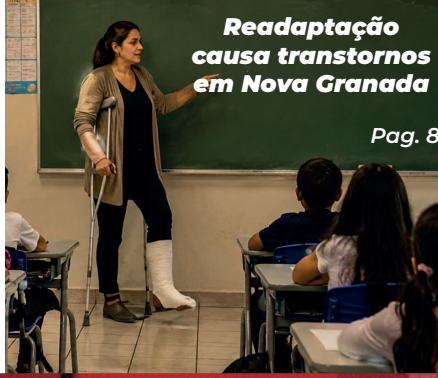
"Somos todas Professoras" em Bady Bassitt

Pag. 8



Readaptação causa transtornos em Nova Granada

Pag. 8



INFORMATIVO MAIO 2026



UNIFICAÇÃO DA JORNADA

35 HORAS SEM REDUÇÃO SALARIAL

Os professores e profissionais da Educação da rede municipal de São José do Rio Preto aprovaram, em assembleia, a defesa da unificação da jornada do professores em 35 horas semanais, sem redução salarial. A proposta surge diante do aprofundamento da precarização das condições de trabalho nas escolas municipais, do crescimento da intensificação do trabalho docente, da ampliação das exigências burocráticas impostas aos profissionais da educação e do avanço do adoecimento físico e mental da categoria.

A realidade enfrentada pelos professores é marcada por salas superlotadas, falta de estrutura adequada, pressão permanente, crescimento das exigências burocráticas e ampliação do volume de trabalho fora da sala de aula. Enquanto aumenta a cobrança administrativa sobre os profissionais, diminui o tempo destinado ao planejamento pedagógico, ao estudo, à preparação das atividades e ao acompanhamento real da aprendizagem dos alunos.

A categoria denuncia que o atual modelo de gestão da educação vem transformando o professor em mero

executor de formulários, plataformas e metas burocráticas, sem qualquer preocupação efetiva com as condições humanas de trabalho e com a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

O resultado é o crescimento da exaustão física e emocional dentro das escolas municipais. Professores trabalham no limite, acumulando funções, enfrentando jornadas fragmentadas, substituições constantes e adoecimento cada vez mais frequente. A defesa da jornada unificada em 35 horas semanais representa uma luta concreta contra essa lógica de exploração e desgaste permanente dos trabalhadores da educação.

A ATEM também denuncia a política de desvalorização implementada pelo governo Fábio Candido. Durante a campanha eleitoral, o atual governo prometeu valorização dos profissionais da educação. Entretanto, em 2025, concedeu reajuste abaixo do índice do piso nacional do magistério e, em 2026, limitou-se apenas à aplicação do piso, sem qualquer política real de valorização da carreira, recuperação salarial ou melhoria das condições de trabalho.

2026

TABELA SALARIAL UNIFICADA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PEB I - 35 HORAS

R-01	R-02	R-03	R-04	R-05
5.197,48	5.249,47	5.301,96	5.354,98	5.408,53
R-06	R-07	R-08	R-09	R-10
5.608,52	5.808,73	6.032,80	6.259,75	6.447,81
R-11	R-12	R-13	R-14	R-15
6.642,09	6.915,19	7.198,05	7.490,64	7.715,92

UNIFICAÇÃO - Todos os professores passariam a receber vencimentos da tabela atual dos professores de 40 horas

A entidade afirma que não existe educação pública de qualidade construída sobre professores adoecidos, desvalorizados e submetidos à intensificação permanente do trabalho. A luta pela unificação da jornada também é uma luta pelo direito do professor ao descanso, ao planejamento dentro da jornada e à preservação de sua saúde física e mental.

A ATEM reafirma que seguirá organizada ao lado dos trabalhadores da educação na luta por valorização profissional, condições dignas de trabalho e defesa da escola pública.

NOVO CONVÊNIO!
Sócios da ATEM Podem usufruir do **Clube AABB Rio Preto!**

FAÇA SUA CARTERINHA
ASSOCIADOS DA ATEM GRATUITAMENTE!

Benefícios disponíveis:
 Piscina, Quadra Esportiva, Área de Lazer, Restaurante, Academia, Salão de Eventos

WhatsApp da ATEM: 1798231-7399

JUSTIÇA DETERMINA INCORPORAÇÃO DE SALÁRIOS

Thiago PASSOS
Comunicação ATEM

A juíza Natália Berti, da Comarca de Mirassol, reforçou uma importante conquista dos professores: a ação coletiva vencida pela ATEM na Justiça do Trabalho garantiu o valor correto do salário da categoria, e agora a Justiça determinou que a Prefeitura cumpra esse valor diretamente na folha de pagamento.

Na ação trabalhista, os cálculos foram realizados por perito judicial e homologados com concordância da Prefeitura. Mesmo assim, o Município continuou pagando salários abaixo do valor reconhecido judicialmente. Diante disso, a magistrada determinou a incorporação imediata das diferenças ao salário, além do pagamento dos reflexos em 13º, férias e adicionais.

Para o advogado da ATEM, Fabiano de Jesus, a decisão confirma a tese defendida pelo sindicato desde o início. “O prefeito insistiu em realizar o pagamento errado mesmo com decisão judicial transitada em julgado. Precisa ficar claro que a decisão de manter os pagamentos errados é exclusiva dele, com apoio de vereadores da base, que tentaram criminalizar aqueles que recorreram à Justiça para receber o que têm de direito”, afirmou.

Até o momento, seis professores já tiveram decisões favoráveis à incorporação: Eduardo Ramos Nascimento, Ednéia Cristina de Oliveira Mendes, Lázara Patrícia Pereira da Silva Esteves dos Santos, Ana Paula Alves, Helio Guimarães da Silveira e Marcia Rozeno Berseline.

A ATEM informa que aguarda decisões de outras ações já ajuizadas por professores filiados de Mirassol. No entanto, ainda há profissionais que não apresentaram a documentação necessária, impedindo o protocolo dos pedidos de incorporação.

Quem ainda não buscou a incorporação pode estar recebendo menos do que deveria. Informações podem ser obtidas pelo telefone oficial da ATEM: (17) 98231-7399.

A RESISTÊNCIA DO TRABALHO DOCENTE

O cenário da educação básica no Brasil é complexo e desafiador; é necessário que se coloque em pauta uma exigência para um olhar atento nas condições de trabalho dos profissionais que dedicam suas vidas à formação de novas sociedades. Do contrário, destaca-se a alienação do trabalho do docente, evidenciada pela fragmentação das atividades, pela crescente padronização dos processos pedagógicos e pela consequente perda de autonomia.

Soma-se a esse cenário o incentivo a parcerias público-privadas, como a atuação do SESI na formação continuada da rede municipal de ensino de São José do Rio Preto, a imposição do uso massivo de templates de uso obrigatório do currículo paulista, das aulas de empreendedorismo e de plataformas como o Elefante Letrado e Matfic no cotidiano escolar.

Em meio a discussões sobre currículos, tecnologias e metodologias, um tema nasce como pilar essencial para a qualidade do ensino: o Trabalho Decente no Trabalho Docente.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Municipal (ATEM) de São José do Rio Preto, influenciado pela discussão nacional do movimento pelo fim da escala 6x1, lançou a campanha “Trabalho Decente no Trabalho Docente”, colocando essa pauta no centro do debate público municipal, defendendo que não há educação de qualidade sem a valorização e o respeito aos direitos de quem educa.

Esta iniciativa é estruturada em seis eixos prioritários: *jornada de trabalho, valorização salarial, condições dignas do trabalho, saúde e qualidade de vida do trabalhador, educação inclusiva com condições reais, e, proteção social e segurança no trabalho.*

A campanha da ATEM, ao defender o Trabalho Decente no Trabalho Docente, busca justamente resgatar essa dignidade e centralidade do professor. Ainda a OIT, em sua Agenda Nacional de Trabalho Decente, destaca a educação e a saúde do trabalhador como temas que progressivamente foram incorporados à sua pauta de atuação, fornecendo

novos parâmetros normativos e ideários aos países-membros. A educação, portanto, é reconhecida como um pilar para o desenvolvimento sustentável e para a superação das desigualdades sociais. No entanto, para que a educação cumpra seu papel transformador, é imprescindível que os educadores sejam tratados com a dignidade e o respeito que lhe são de direitos.

Eixos

1. Defendemos o fim da substituição forçada, e a unificação da jornada como estratégias de enfrentamento à intensificação do trabalho. É importante que o professor possa usufruir a vida para além do trabalho e também planejar o trabalho pedagógico, dentro de sua jornada de trabalho.

2. Pela unificação da jornada sem redução salarial, que garante a remuneração digna. Além disso, reivindicamos a recomposição salarial frente às perdas inflacionárias, além do índice do piso salarial do magistério.

3. Como garante o Plano Municipal de Educação (PME), as unidades escolares devem possuir e dispor de uma infraestrutura adequada, acessível e de qualidade. Isto é, com condições dignas de trabalho.

4. A saúde do trabalhador da educação deve ser tratada com atenção, exigimos a inclusão de políticas de prevenção e cuidado, no enfrentamento ao adoecimento físico e mental.

5. A ATEM defende a criação do Plano Municipal de Educação Inclusiva, que irá garantir acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal. A educação inclusiva não é responsabilidade individual do professor!

6. O trabalho decente pressupõe proteção social, segurança e estabilidade, ou seja a garantia do respaldo institucional e jurídico aos profissionais de educação no exercício de sua função.

ATEM Sindicato

PRESIDENTA

Nathalya Tukamoto

ATEM Associação

PRESIDENTE

FABIANO DE JESUS

EXPEDIENTE



@atemsindicato



@atemsindicato



atem.associacao@gmail.com



atemsindicato.org.br



(17) 98231-7399

Filiado



JORNALISTA RESPONSÁVEL

Thiago Passos
MTB: 62.003

FUNDAÇÃO
22 de fevereiro de 2014

Colaboração: Mikely Beatriz, Lorena Bertoni e Graciele Cucolo

PISO NACIONAL AVANÇA E VAI AO SENADO

Thiago PASSOS
Comunicação ATEM

A aprovação do Projeto de Lei nº 2531/2021 no Congresso Nacional tem mobilizado entidades sindicais e trabalhadores da educação em todo o país. A proposta, que cria o Piso Salarial Nacional para os profissionais da educação básica que não integram o magistério, avançou e atualmente aguarda votação no Senado Federal.

O projeto contempla trabalhadores do quadro de apoio da educação pública, como merendeiras, inspetores de alunos, porteiros, auxiliares administrativos e demais servidores fundamentais para o funcionamento das unidades escolares. O texto estabelece que o vencimento mínimo da categoria corresponderá a 75% do Piso Nacional do Magistério.

Com o piso do magistério fixado em R\$ 5.130,63 para 40 horas semanais em 2026, por meio da MP nº 1.334/2026, o piso dos profissionais do quadro de apoio poderá alcançar aproximadamente R\$ 3,6 mil.

Após aprovação na Câmara dos Deputados, o projeto passou a tramitar no Senado Federal, onde parlamentares já apresentaram o Requerimento nº 231/2026 solicitando urgência para apreciação da matéria. A proposta é considerada uma das principais pautas históricas dos funcionários da educação, que aguardam há mais de dez anos uma política nacional de valorização salarial.

A ATEM integra, desde o início, o movimento nacional em defesa da aprovação do PL 2531/2021 e participa da articulação pela implementação do Piso Salarial Nacional dos profissionais do quadro de apoio da educação. A entidade destaca que a valorização da educação pública passa também pelo reconhecimento dos trabalhadores que atuam diariamente na alimentação escolar, organização administrativa, manutenção e acompanhamento dos estudantes nas escolas públicas.

O diretor da ATEM, Fabiano de Jesus, destaca que a aprovação do projeto representa um avanço histórico para milhares de trabalhadores invisibilizados ao longo dos anos dentro das redes públicas de ensino. “Não existe



MOBILIZAÇÃO - Funcionários de escolas se reúnem no MEC durante atividade em Brasília com participação da ATEM

educação pública funcionando sem os profissionais do quadro de apoio. São trabalhadores fundamentais para o funcionamento das escolas e que há

décadas convivem com baixos salários e falta de valorização. A aprovação do piso nacional é uma medida de justiça e reconhecimento”, afirmou.

ATEM GARANTE PAGAMENTO DO RETROATIVO DO ADICIONAL DO MAGISTÉRIO

A atuação da ATEM garantiu uma importante vitória aos professores da rede municipal de São José do Rio Preto após a entidade identificar erro no cálculo do adicional do magistério realizado pela Prefeitura. A irregularidade desconsiderava, na base de cálculo do benefício, o período trabalhado pelos professores em contratos temporários na rede municipal, reduzindo indevidamente os valores pagos aos profissionais da educação.

Após a luta jurídica e sindical conduzida pela entidade, a Prefeitura foi obrigada a reconhecer o direito e realizar o pagamento retroativo das diferenças aos professores prejudicados. A correção também passou a ser aplicada aos profissionais que ingressaram na rede após 2022, que já passaram a receber o adicional com a contagem correta do tempo

trabalhado no município.

Para a ATEM, a conquista representa uma vitória histórica da categoria e demonstra a importância da fiscalização permanente realizada pela entidade na defesa dos direitos dos trabalhadores da educação.

Entretanto, a entidade alerta que ainda existem diferenças pendentes de pagamento. Segundo a ATEM, a Prefeitura não aplicou corretamente a atualização monetária dos valores após janeiro de 2022, deixando de utilizar a taxa SELIC no cálculo das diferenças devidas.

Por essa razão, a entidade está convocando os professores da rede municipal para ingressarem com a execução complementar das diferenças remanescentes, buscando assegurar o pagamento integral dos valores que ainda não foram corretamente quitados pela administração municipal.

Saiba mais!



ATEM MAG
SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO MUNICIPAL
SEGUROS

SEGURO
COLETIVO
MAG

MAIS SEGURANÇA
PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA

Seguro coletivo com proteção financeira, auxílio funeral familiar e coberturas especiais para **associados da ATEM**.

Cobertura de até **R\$ 50 MIL**



Proteção familiar



Segurança e tranquilidade



Segurança e tranquilidade



Quem cuida da educação também merece proteção.

TRABALHO DECENTE



TRABALHO DOCENTE

A EXAUSTÃO É INIMIGA DA EDUCAÇÃO.

TRABALHO DECENTE

Thiago PASSOS
Comunicação ATEM

O debate sobre trabalho decente na educação vai muito além da discussão salarial. No trabalho docente, o conceito envolve garantir ao professor condições dignas de atuação, autonomia pedagógica, reconhecimento profissional e valorização humana dentro do processo de ensino-aprendizagem. A defesa do trabalho decente pressupõe reconhecer o educador como sujeito fundamental da educação pública e não apenas como executor de tarefas administrativas e metas institucionais.

Nesse contexto, cresce a preocupação com modelos de gestão que ampliam a sobrecarga de trabalho, reduzem a autonomia pedagógica e transformam o ambiente escolar em espaço de pressão permanente. Especialistas apontam que a precarização das condições de trabalho impacta diretamente a saúde física e mental dos profissionais, além de comprometer a qualidade do ensino oferecido aos estudantes.

A discussão também possui dimensão filosófica e humanitária. O filósofo alemão Theodor Adorno defendia a chamada "primazia do objeto", compreensão que pode ser interpretada como a necessidade de valorização do ser humano em sua integralidade, impedindo que o trabalhador seja reduzido apenas à função produtiva que exerce. Aplicado à educação, esse entendimento reforça a necessidade de reconhecer o professor como sujeito ativo do processo educativo, com direitos, necessidades e participação efetiva na construção da escola pública.

Defender trabalho decente na educação é defender uma escola mais humana, democrática e capaz de assegurar condições adequadas tanto para quem ensina quanto para quem aprende, fortalecendo a própria qualidade da educação pública e o futuro das próximas gerações.

Colaboração: Mikely BEATRIZ e Lorena BERTONI

TRABALHO DOCENTE

O conceito de trabalho decente aplicado ao trabalho docente ultrapassa a simples existência de vínculo empregatício ou remuneração mensal. Na educação, a discussão envolve garantir aos profissionais condições efetivas de exercer a docência com dignidade, segurança, liberdade pedagógica, proteção social e valorização profissional, elementos considerados essenciais para a construção de uma escola pública de qualidade.

A concepção de Trabalho Decente foi estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999 e se fundamenta em quatro pilares estratégicos: respeito aos direitos fundamentais do trabalho, promoção de empregos de qualidade, ampliação da proteção social e fortalecimento do diálogo social. No contexto educacional, esses princípios dialogam diretamente com pautas históricas dos profissionais da educação, como jornada adequada, valorização salarial, saúde laboral, participação democrática e condições estruturais adequadas nas escolas.

No Brasil, a Agenda Nacional de Trabalho Decente, construída em parceria com a OIT, reforça o compromisso de combater desigualdades sociais por meio de um trabalho exercido em condições de liberdade, equidade e segurança. Para os trabalhadores da educação, isso significa assegurar não apenas remuneração adequada, mas também respeito à autonomia pedagógica, ambientes escolares seguros, número suficiente de profissionais e garantia de direitos trabalhistas e previdenciários.

Especialistas apontam que a precarização do trabalho docente compromete diretamente a qualidade do ensino, amplia o adoecimento da categoria e fragiliza o próprio papel social da escola pública. Por isso, o debate sobre trabalho decente na educação passou a ocupar posição central nas reivindicações de entidades sindicais e movimentos em defesa da valorização dos profissionais da educação.

A CAMPANHA

TRABALHO DECENTE NO TRABALHO DOCENTE

FUNDAMENTA-SE NO CONCEITO DE TRABALHO DECENTE,
CONFORME ESTABELECIDO PELA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL
DO TRABALHO (OIT).

NESTA LUTA ESTÁ SENDO PROPOSTO ARTICULAR A LUTA PELO FIM DA LÓGICA
DE INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, SIMBOLIZADA NA ESCALA 6X1,
AO CONTEXTO ATUAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

- 1 FIM DA SUBSTITUIÇÃO FORÇADA**
Contra a lógica 6x1 e a intensificação do trabalho docente.
- 2 VALORIZAÇÃO SALARIAL**
Remuneração digna e reconhecimento profissional.
- 3 CONDIÇÕES DIGNAS**
Infraestrutura adequada e qualidade no ambiente escolar.
- 4 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA**
Prevenção ao adoecimento e proteção humana.
- 5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA**
Condições reais para inclusão com dignidade.
- 6 PROTEÇÃO SOCIAL**
Segurança, estabilidade e defesa dos direitos.

INFORME SINDICAL

FILIE-SE À ATEM

Ser filiado é fortalecer
a luta coletiva.

A ATEM defende os direitos da categoria nas mesas de negociação e nos tribunais.

Oferece apoio jurídico, acolhimento e representação sindical.

Procure a sede, fale com sua diretoria regional ou acesse:

atemsindicato.org.br @ATEMsindicato

ATEM Sindicato @atemsindicato

atem.associacao@gmail.com

POSSÍVEL SOBREPREGO EM CONTRATO DE R\$ 15 MILHÕES

Thiago PASSOS
Comunicação ATEM

A contratação de R\$ 15,3 milhões firmada pela Prefeitura de São José do Rio Preto para aquisição da solução educacional “Acerta Brasil” reúne indícios de irregularidades que vão desde possível sobrepreço até fragilidade na justificativa utilizada para dispensar licitação.

A análise dos documentos disponibilizados pela Secretaria de Educação aponta que a alegação de exclusividade comercial do produto não encontra respaldo na prática de mercado. Foram identificadas diferentes empresas comercializando simultaneamente a mesma solução educacional em diversos estados do país.

Um dos principais achados envolve o Rio Grande do Sul, onde três empresas distintas atuaram simultaneamente na venda do “Acerta Brasil” no mesmo período, enfraquecendo diretamente a tese de inviabilidade de competição utilizada para justificar a inexigibilidade em Rio Preto.

A própria justificativa para a contratação sem licitação enfrenta questionamentos, já que duas empresas participaram formalmente do chamamento público realizado pela Prefeitura, demonstrando a existência concreta de concorrência no mercado.

Outro ponto sensível envolve os preços praticados. Comparações nacionais



ENCONTRO - Secretária da Educação durante encontro com representantes da Editora Ática durante evento em rio Preto

apontam que Rio Preto irá pagar valores superiores aos observados em outras contratações públicas envolvendo o mesmo produto, com estimativa técnica de possível sobrepreço de até 25%.

A cronologia administrativa também chama atenção. A estruturação técnica do processo ocorreu durante a gestão de uma secretária que articulou diretamente a campanha eleitoral do prefeito e deixou a pasta sob a justificativa de que “teria cumprido a missão”, sem sequer parecer que algum dia esteve ali.

Documentos e imagens obtidos pela reportagem revelam ainda a presença da secretária Rosicler Quartieri na Expoe-

ducare, em Rio Preto, dentro do estande da Saber Educação, grupo formado pelas editoras Ática, Saraiva e Scipione, responsável pelos direitos intelectuais da obra “Acerta Brasil”.

A reportagem identificou ainda que o chamamento público teria servido como etapa preparatória para seleção de uma marca específica, seguida da utilização de declarações de exclusividade comercial como mecanismo para afastar a concorrência pública.

A ATEM encaminhou denúncia ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e analisa ingressar com ação judicial para barrar a contratação sem licitação.

PLATAFORMIZAÇÃO AVANÇA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE RIO PRETO

Thiago PASSOS
Comunicação ATEM

A contratação de R\$ 15,3 milhões da solução educacional “Acerta Brasil” também reacendeu o debate sobre o avanço da plataformização na rede municipal de ensino de São José do Rio Preto. O crescimento de plataformas privadas e parcerias com grandes instituições vem alterando o cotidiano escolar e reduzindo, cada vez mais, a autonomia pedagógica dos professores.

Soma-se a esse cenário a atuação do

SESI na formação continuada da rede municipal e a ampliação do uso de plataformas como o Elefante Letrado nas escolas de ensino fundamental.

Embora apresentada como ferramenta de incentivo à leitura, a plataforma recebe críticas por desconsiderar aspectos fundamentais do processo de alfabetização e compreensão leitora, como nuances, entonação, tonicidade e interpretação oral dos estudantes.

Profissionais da educação também apontam que a utilização massiva dessas ferramentas amplia mecanismos de padronização do ensino, intensifica o con-

trole sobre o trabalho docente e transfere parte significativa do processo pedagógico para sistemas automatizados.

A campanha da ATEM em defesa do Trabalho Decente no Trabalho Docente sustenta que o professor não pode ser reduzido a mero executor de plataformas digitais e metas padronizadas. A entidade alerta ainda para riscos relacionados à exclusão digital, à precarização das condições de trabalho e à crescente dependência da educação pública em relação a grandes empresas privadas de tecnologia educacional. Colaboração: Mikelli **BEATRIZ**

ATEM ASSOCIAÇÃO DE TRABALHO DECENTE

conectar benefícios

MAIS SAÚDE E BENEFÍCIOS PARA SUA FAMÍLIA

Telemedicina 24h, descontos em farmácias e muito mais.

Apenas **R\$ 19,90** /mês

- MAIS SAÚDE PARA VOCÊ
- ATENDIMENTO RÁPIDO
- ECONOMIA PARA SUA FAMÍLIA
- PROTEÇÃO E BEM-ESTAR

“70% DOS PROFESSORES ESTÃO EM ESGOTAMENTO EMOCIONAL”, APONTA ESTUDO

Thiago PASSOS
Comunicação ATEM

A saúde mental dos profissionais da educação infantil tem se tornado um dos temas mais preocupantes do ambiente escolar. Em pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o professor João Carlos Alves da Costa investigou os fatores psicossociais e organizacionais associados ao burnout entre docentes da rede municipal de São José do Rio Preto.

O estudo identificou que 70% das professoras participantes apresentaram níveis elevados de exaustão emocional, além de relatos frequentes sobre uso de antidepressivos, sobrecarga de trabalho, falta de descanso e profissionais adoecidas permanecendo em sala de aula. A pesquisa também aponta que o ambiente organizacional e as condições de trabalho têm relação direta com o agravamento do sofrimento psíquico nas escolas públicas.

Acompanhe a entrevista com o professor João Carlos sobre os impactos do burnout na educação infantil, os dados da pesquisa e os desafios enfrentados diariamente pelos profissionais da educação pública. A íntegra da entrevista pode ser acompanhada no canal da ATEM no YouTube.

ATEM - Como começou este estudo? Por que o senhor escolheu esse tema?

Professor João Carlos - Como a gente vinha conversando, a minha esposa foi professora da rede municipal de Rio Preto por 25 anos, e ela se aposentou em 2024. Durante esse período, eu via os desafios que ocorreram dentro do ambiente de trabalho com relação à gestão, às oportunidades de trabalho e tudo mais dentro da prefeitura. Em alguns momentos, ela teve até que tomar antidepressivo para conseguir suportar algumas dificuldades. Quando eu resolvi fazer o meu mestrado, eu tinha que desenvolver um projeto. Aí eu pensei: “Nossa, agora é o momento de eu colocar em prática e tentar entender o que está acontecendo com as professoras e tentar ajudá-las”, que até então foi até um compromisso que eu fiz com as professoras. Só para você ter uma ideia, algumas delas falaram assim: “Olha, professor, eu vou responder, mas eu acho que não vai resolver nada, isso não vai passar para frente, isso não vai resolver, porque não há interesse de ninguém para resolver o nosso problema, a nossa dificuldade”.

ATEM - Essa situação dos medicamentos, inclusive o comediante Diogo Almeida relata em suas apresentações que hoje em dia são raros os professores que não utilizam algum medicamento. A realidade é que a maioria utiliza algum medicamento para tentar conviver melhor com a sobrecarga que tem sido vista nas escolas?

Professor João Carlos - As professoras nararam durante a pesquisa, quando eu falava: “Existe esse problema dos medicamentos?”, e todas elas falavam: “Todos nós estamos usando, é uma coisa normal aqui”. Inclusive, em uma escola que eu fui, elas até brincaram, sabe aquelas caixinhas de lápis que ficam no meio da mesa? Elas despejaram aquela caixinha e existiam alguns medicamentos ali, e elas falavam: “A gente compartilha umas com as outras”. Uma professora até me contou: “Eu fui em uma médica e ela foi tão generosa comigo que ela me deu os medicamentos”. E as outras professoras falaram: “Me dê o nome dessa médica que eu quero também”.

ATEM - Como foram esses relatos? Existem muitas dificuldades para enfrentar essa realidade?

Professor João Carlos - Uma professora me relatou que estava tomando dois medicamentos e um terceiro, que é um sublingual, para um processo rápido, para resolver o problema. “O médico me afastou, fui lá na Prefeitura pedir para o médico me afastar e o médico, que é o perito lá, falou: ‘Não vou te afastar porque eu não tenho professores para colocar no teu lugar’”. Então, muitas estão doentes e trabalhando doentes. Então, que tipo de profissional está cuidando das crianças se elas estão numa situação dessas?

ATEM - O sindicato deliberou com seus filiados a unificação da jornada, pois hoje segue a lógica da 6x1. O senhor acredita que o magistério vai nessa mesma linha? O que o estudo apontou como caminho?

Professor João Carlos - Vamos contextualizar a questão do burnout, que é uma síndrome classificada desde 2023 como uma doença ocupacional e ela se instala devido ao ambiente de trabalho. Quando você fala da questão de definição da jornada, você cria uma instabilidade mental na pessoa, que fica pensando: “O que vai acontecer comigo?”, e isso causa um estresse emocional. Um dos pontos centrais do burnout é a questão do descanso, tempo suficiente para descansar. Quando você me fala que existe um aproveitamento de horas remanescentes em outras salas de aula (substituição forçada), você não cria um ambiente de descanso, justamente pela ausência de junção desses horários.

ATEM - Existem relatos de pacientes da síndrome de burnout que, ao acordar, entram em pânico ao saberem que irão retornar ao ambiente de trabalho. O senhor identificou situações parecidas na rede municipal de Educação?

Professor João Carlos - Às vezes as pessoas confundem a questão do burnout, pensando que, quando a pessoa está no esgotamento emocional, o problema é pessoal, ela que não se cuidou, ela que não se tratou, e é exatamente o contrário, pois o burnout vai de encontro ao que fala a NR-1 (Norma Re-

gulamentadora), que o ambiente de trabalho não pode adoecer o profissional. Vou dar um exemplo claro: quando eu conversei com as professoras, e eu fiz questão de fazer isso pessoalmente, eu fui nas 21 escolas, usei o horário que elas tinham lá de HTPC, por orientação das diretoras, para explicar a ideia do projeto, e, em cada uma das vezes que fui, eu me deparei com situações tristes. Você sabe onde essas professoras estão alocadas para fazer essas reuniões? Não existe um espaço especial para que elas possam fazer esse tipo de reunião. Não vou dizer que 100% estão nessa situação, mas, em apenas duas, depois de muita briga, foi melhorado o espaço.

ATEM - Está sendo discutida a implantação da NR-1. Como isso deve ser implantado?

Professor João Carlos - A minha pesquisa veio de encontro com o que a NR-1 está exigindo, que é a mãe de todas as NRs, um guarda-chuva. E dentro dela existe a NR-17, que foi alterada e, com a nova nomenclatura, fala dos fatores psicossociais. Então, todas as empresas terão que fazer análise dos riscos psicossociais dentro do ambiente de trabalho, e a prefeitura não pode ficar fora disso, ela vai ser fiscalizada.

ATEM - Quais foram as principais constatações da pesquisa?

Professor João Carlos - Constatei que 70% dos professores estão com exaustão emocional; é um índice muito alto. Existe um índice nacional que foi feito, que é de 72%, então você vai ver que está batendo. Só que eu descobri uma coisa muito interessante, porque um dos preditores do burnout fala de realização profissional, e eu descobri na pesquisa que os professores ainda acreditam na educação, como professores ou como colaboradoras na educação de uma geração. Só que a tendência é que esse descrédito vai acontecer futuramente. Eles ainda acreditam, mas, vendo essa situação que está acontecendo, daqui a pouco eles param de acreditar. E quem será prejudicado em uma situação dessas? Será a prefeitura, a secretaria? Não, serão as crianças.

ATEM - Esse estudo foi apresentado para a Prefeitura de Rio Preto? Como foi a recepção por parte da Secretaria de Educação?

Professor João Carlos - Eu protocolei as constatações e a pesquisa final na Secretaria de Educação achando eu que eles fossem me ligar falando: “Professor, eu recebi aqui seu estudo, vamos sentar, conversar, trocar uma ideia do que foi feito”. Mas até agora ninguém me procurou e nem conversou comigo. Talvez até a fala de uma professora no início da pesquisa, “eu acho que não vai mudar nada”, talvez isso se concretize. Mas eu pretendo recorrer, se necessário, ao Judiciário para dar voz aos professores que estão sofrendo dentro das escolas.

FAÇA SEU
PLANO
DE SAÚDE
COM CONDIÇÕES
ESPECIAIS

**PLANO
ODONTOLÓGICO**
R\$ 23,91

**QUEM VOCÊ
PODE INCLUIR:**
Cônjuge ou companheiro(a),
filhos, enteados e netos
solteiros até 28 anos.
**DOCUMENTAÇÃO
NECESSÁRIA:**
CPF, RG, Cartão do SUS,
Certidão de Cônjuge
ou companheiro(a) e
Comprovante de Residência.

EXCLUSIVIDADE
ATEM
SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Nº do registro: 476.405/16-5
Taxa de inclusão/carteirinha: R\$ 15,00
Consultas e sessões: R\$ 44,58

PREFEITO DESAFIA A JUSTIÇA E SERVIDORES SEGUEM SEM READAPTAÇÃO

Thiago PASSOS
Comunicação ATEM

O prefeito Luiz Augusto Salvador, de Nova Granada, segue afrontando decisão judicial, pois sua administração continua dificultando a readaptação funcional de servidores doentes, inclusive trabalhadores que já exerciam funções readaptadas há quase 20 anos.

O município recebe os protocolos administrativos, mas não promove a efetiva análise dos pedidos, mantendo servidores doentes em sala de aula sem qualquer adequação funcional, mesmo diante de laudos médicos, limitações comprovadas e decisões judiciais favoráveis aos trabalhadores. Segundo a ATEM, a postura da Prefeitura transforma o direito à readaptação funcional em um procedimento meramente burocrático, expondo professores e demais servidores ao agravamento de problemas de saúde e à continuidade de atividades incompatíveis com suas condições físicas e psicológicas.

Segundo a Ação Civil Pública ajuizada pela entidade, o Município passou a



DIFICULDADES - Servidores não conseguem acesso a readaptação mesmo com decisão judicial favorável obtida pela ATEM

utilizar o Parecer Jurídico PGM nº 2/2025 para negar pedidos de readaptação de forma automática, ignorando laudos médicos e a própria legislação municipal que garante o direito aos servidores.

Documentos apresentados no processo apontam casos de professores com perda auditiva severa, dores crônicas e problemas na coluna que continuam exercendo atividades normalmente enquanto aguardam análise administrativa há meses.

A gestão Luiz Salvador está transfor-

mando o direito à readaptação em mera burocracia, expondo trabalhadores ao agravamento de doenças e à insegurança funcional. A postura da Prefeitura representa uma política de exclusão dos servidores doentes e afronta direitos básicos ligados à saúde e à dignidade no serviço público.

Até quando o prefeito pretende ignorar decisões da Justiça enquanto servidores doentes continuam sendo expostos dentro das salas de aula?

BADY BASSITT RECEBE O DIA D DO “SOMOS TODAS PROFESSORAS”

Thiago PASSOS
Comunicação ATEM

No último dia 8 de maio, agentes do desenvolvimento infantil (ADIs) e monitores de educação de Bady Bassitt participaram do “Dia D” do movimento nacional “Somos Todas Professoras”, iniciativa que vem ganhando força em diversos municípios da região na luta pela valorização das profissionais da educação infantil.

Vestidas de amarelo, as educadoras realizaram mobilização em defesa da regulamentação da Lei Federal nº 15.326/2026, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que reconhece profissionais da educação infantil que exercem função docente como integrantes da carreira do magistério, garantindo acesso ao piso salarial nacional.

O movimento pressiona prefeitos e secretarias municipais de educação para que a nova legislação seja efetivamente imple-

mentada nos municípios, assegurando o enquadramento das profissionais que atuam diretamente no processo pedagógico com crianças de 0 a 5 anos, independentemente da nomenclatura do cargo.

A mobilização nacional conta com participação do movimento “Somos Todas Professoras”, apoio de entidades ligadas à educação e atuação da deputada federal Luciene Cavalcante, autora da lei considerada histórica pelas educadoras.

Além das ações nacionais, o movimento também vem promovendo debates e audiências públicas sobre a aplicação da nova legislação. Em Bady Bassitt, a adesão das ADIs demonstra o fortalecimento regional da mobilização e amplia a pressão pela valorização das profissionais da educação infantil.

A ATEM segue na luta pela valorização dos trabalhadores da educação e informou que deverá iniciar, em breve, ações em todas as cidades de sua base de atuação para garantir a efetiva implementação dos direitos assegurados pela nova legis-



DIA D

Servidores de sete escolas da rede municipal de Bady Bassitt aderiram ao ato do movimento “Somos Todas Professoras”, realizado em todo o país no último dia 8 de maio.

Vestidas de amarelo, as profissionais participaram da mobilização em defesa da regulamentação da Lei Federal nº 15.326/2026.

A ATEM apoia a iniciativa em toda a região e começa a ampliar o debate em sua base de atuação pela valorização das trabalhadoras da educação infantil.

